

Renan quer impedir a votação de lideranças

O líder do PRN na Câmara, deputado Renan Calheiros, vai encaminhar à Mesa do Congresso Nacional, na próxima terça-feira, o projeto de resolução que visa a alterar o Regimento Interno comum às duas Casas. Os líderes do Governo querem acabar com o voto simbólico de lideranças modificando o artigo 45 do regimento comum da Câmara e do Senado, que proíbe mais de um pedido de verificação de quorum por hora. Com essa proibição, a votação acaba acontecendo através dos líderes das bancadas entre cada pedido de verificação, o que obriga as duas partes a travarem uma guerra regimental nesse período. O objetivo principal do projeto é permitir que qualquer líder que represente 1/6 de cada casa possa

pedir verificação de quorum a qualquer momento.

Nas últimas votações processadas no plenário do Congresso Nacional, os líderes governistas correram o risco de ver as matérias do Executivo derrotadas por causa das manobras da oposição, que aproveitavam os 60 minutos entre cada pedido de verificação, para impedir as votações nominais. Com os votos de liderança a oposição tem sempre condições de vencer a maioria numérica do Governo em plenário. O assessor jurídico da liderança do Governo, Marcos Codolli, já está colhendo as assinaturas para o encaminhamento do projeto.

Com a proposta de modificação do artigo 45 do Regimento comum da Câmara e do

Senado, os líderes do Governo querem impedir que os parlamentares oposicionistas se beneficiem das verdadeiras batalhas regimentais que se travam, especialmente quando os governistas não conseguem colocar no plenário deputados e senadores suficientes para cobrir o quorum exigido. Os oposicionistas não dispõem de número suficiente para derrubar vetos presidenciais, mas se beneficiam do voto de liderança. O PT, no entanto, faz um contra ataque à iniciativa de Calheiros, encaminhando uma proposta de alteração do Regimento que reduz para 1/4 do total de parlamentares (121 deputados e 18 senadores) o quorum necessário para realizar sessões. Atualmente é exigida a maioria absoluta (248 deputados e 38 senadores).